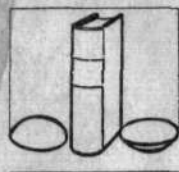


## Uma luta que começou no 'acampamento de náufragos'

# A marcha para a Constituinte: 16 anos de debate

RAIMUNDO COSTA



BRASÍLIA — O Ministro do Supremo Tribunal Federal Célso Borja não guardou o dia, a hora ou outro detalhe na memória. Lembra apenas que "uns dez dias antes" de enviar ao Congresso a mensagem de convocação da Assembleia Nacional Constituinte — o que aconteceu no dia 28 de junho de 1985 — o Presidente José Sarney chamou-o a seu gabinete, onde o recebeu com instruções claras e precisas sobre a redação da emenda.

O Presidente disse que desejava um texto pequeno, enxuto, de muito poucos artigos — depõe Célso Borja, que na época trabalhava no Palácio do Planalto como assessor especial de Sarney, de quem é amigo pessoal desde os tempos em que ambos militavam na extinta UDN. Sarney esclareceu ainda que não havia necessidade do estabelecimento de diretrizes para o funcionamento da Constituinte. "Bastaria o ato convocatório", lembra.

Assim tomou forma e conteúdo uma idéia que nasceu quando o PMDB, então MDB, caminhava entre a sobrevivência e as teses de autodissolução que proliferavam dentro do partido em julho de 1971. O MDB, nessa época, era o que o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, costuma chamar de "um acampamento de náufragos".

Além de mandatos cassados, do desempenho ridículo num pleito em que chegou a perder para os votos em branco na eleição para a Câmara, havia uma onda de adesismo e defeições que atingiu até o seu Secretário-Geral, o Deputado Adolfo de Oliveira.

Foi nesse quadro que o MDB realizou, em julho de 1971, na cidade do Recife, um certo II Seminário de Estudos e Debates da Realidade Brasileira. Nome pomposo para um acontecimento que mereceu a reprovação da imprensa em geral e irritou setores do Governo Médici, mas que sem dúvida não só estabeleceu os alicerces da Constituinte que se instala no próximo domingo como definiu os contornos do que seria o MDB dali em diante. E que na reunião do Recife nasceu também o que mais tarde viria a ser chamado de "grupo autêntico" do MDB.

Foi desse grupo, integrado então por Fernando Lyra, Alencar Furtado, Lysáneas Maciel, Jarbas Vasconcelos e Francisco Pinto, entre outros,

que partiu a idéia de se colocar no documento final do encontro, a "Carta de Recife", como foi chamado, que o MDB exigia a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte na eleição prevista para 1974.

Foi o primeiro grande embate do que nos anos seguintes seria usual no partido: o confronto entre progressistas e moderados, uma característica que marcou o MDB e sem dúvida moldou os contornos da questão da Constituinte.

Ulysses Guimarães, já então Presidente do partido devido à renúncia de Oscar Passos, derrotado na eleição para o Senado um ano antes, e Tancredo Neves não eram propriamente contrários à convocação da Assembleia Nacional Constituinte. O que eles não queriam era a explicitação do tema na "Carta de Recife".

Nesse time jogavam também outros parlamentares egressos do antigo PSD — origem de Ulysses e Tancredo —, como os Senadores Amaral Peixoto e Nelson Carneiro. Todos, com o tempo, comporiam o perfil do que se convencionou chamar de "ala moderada" do PMDB.

Como nos embates que se seguiriam, também naquela ocasião o MDB chegou a uma solução de acomodamento. A convocação da Constituinte ingressou, a partir daí, definitivamente nos pronunciamentos do PMDB. Não da forma explícita como desejavam os "autênticos" e que os "moderados" consideravam inoportuna por permitir que o Governo

### Na primeira investida, a palavra Constituinte não foi usada: temia-se a reação do Governo

do Presidente Médici entendesse a atitude como uma provocação; mas de forma diluída, nas últimas linhas do documento.

Em nenhum momento a expressão Assembleia Nacional Constituinte foi utilizada. Falava-se apenas em "dotar o País de uma Constituição, elaborada pelos representantes da vontade popular e expungida dos imperdoáveis vícios que abastardam a vigente Carta outorgada".

Quando o Presidente Sarney chamou Célso Borja para redigir a emenda de convocação, 14 anos depois, a Constituinte já havia definitivamente saído do controle dos "autênticos", que não mais existiam como grupo, embora permanesse a divisão entre progressistas e moderados no PMDB. Já não se tratava de uma bandeira de luta, mas de um fato nas mãos dos "conservadores",



que foram na realidade os principais artífices da transição pacífica do regime. Prova disso é que Sarney chamou Borja enquanto engavetava uma proposta do então Ministro da Justiça, Fernando Lyra, um dos criadores do grupo "autêntico".

A proposta de Lyra, desdenha um dos assessores que trabalharam no assunto com o Presidente, "parecia um estatuto de clube social".

Lyra, na verdade, sempre soube que trabalhara à toa. Como um dos articuladores da candidatura do falecido Presidente Tancredo Neves, conhecia, melhor do que ninguém, as bases em que se assentaram os compromissos da Aliança Democrática — a união do PMDB com dissidentes do PDS que permitiu a vitória da Oposição no Colégio Eleitoral. E um desses compromissos tratava exatamente da preservação dos mandatos dos Senadores eleitos em 1982 que se aconchegaram no PFL, entre os quais se encontravam as principais lideranças da dissidência: Marco Maciel, hoje Ministro do Gabinete Civil, Jorge Bornhausen, Ministro da Educação, Carlos Chiarelli, Líder no Senado, e Guilherme Palmeira, até bem pouco tempo na Presidência do Partido da Frente Liberal.

Em resumo: a convocação de uma Constituinte exclusiva, como desejavam os progressistas, implicaria a perda do mandato desses Senadores.

A Constituinte definitivamente mudou de mãos. Duas horas depois de entregar a Célso Borja a tarefa de redação da emenda, Sarney recebeu o primeiro esboço. Gostou, acrescentou de próprio punho a expressão "livre e soberana", esquecida pelo atual Ministro do STF, e decidiu am-

pliar o leque de consultas.

Foi assim que o texto de Borja viajou quase 1.200 quilômetros, pelo telex, até um escritório, em São Paulo, no qual, naquele momento, se achava trabalhando outro amigo pessoal do Presidente, o advogado Saulo

### Contribuição de Saulo Ramos: a integração do Poder Judiciário no processo constituinte

Ramos, hoje Consultor Geral da República.

Saulo não consumiu mais do que uma noite para alinhavar as sugestões solicitadas por Sarney. E já no dia seguinte despachou outro telex, endereçado ao Presidente, aos cuidados do genro deste, Jorge Murad, com algumas propostas. A principal delas: a designação do Presidente do Supremo Tribunal Federal para presidir a sessão de instalação da Constituinte.

A idéia central era a de integrar o Poder Judiciário no processo constituinte — explica Saulo Ramos —, pois, pelo menos em tese, haveria o risco de o Judiciário considerar inconstitucional a convocação da Assembleia Constituinte. De fato, o Supremo Tribunal Federal tem poderes para interpretar como inconstitucional qualquer emenda à Consti-

tuição, até mesmo de ofício. Na ocasião, circulavam no Palácio do Planalto idéias como a de entregar a presidência da sessão de instalação ao parlamentar mais velho. Um foco de conflito em potencial, pois, logo em seguida, estaria colocada a questão: Deputado ou Senador?

Na época transitaram também no Palácio várias sugestões que acabaram banidas do texto final. O próprio Saulo, por exemplo, pensava que a eleição dos constituintes deveria ser separada da eleição dos Governadores.

Célso Borja, por sua vez, queria introduzir na cédula eleitoral uma quadricula que identificasse os candidatos à Constituinte "e tornasse nítida a delegação de poderes constituintes pelo povo a seus representantes".

Nada disso vingou. Quanto ao texto do Governo acabou como Sarney desejava desde o início: enxuto, com apenas três artigos.

Na mensagem enviada ao Congresso, porém, havia um erro cuja responsabilidade é atribuída aos políticos. Antes de mandar a emenda, Sarney quis ouvir o Conselho Político. Nessa reunião, os parlamentares reivindicaram o direito de marcar a data da instalação da Assembleia Constituinte. Mas só no dia 28 de junho, data marcada pelo Presidente para o envio da mensagem ao Congresso, o Deputado Pimenta da Veiga, Líder do Governo na Câmara, passou pelo telefone o dia escolhido: 31 de janeiro. Uma data inviável, conforme se verificou mais tarde, pois nesse dia ainda não haveria cessado o mandato dos membros do antigo Congresso.

O final da história é recente e

bastante conhecido, além de atribuído, pois no Congresso a ala dita progressista do PMDB, pela última vez, tentou mudar a essência do projeto enviado por Sarney e transformar a Constituinte congressional numa Constituinte exclusiva.

Para relatar a emenda foi designado um Deputado, Flávio Bierrembach (PMDB-SP), que classificou sua escolha como um "equivoco", pois a liderança do PMDB esperaria, segundo ele, "um relator dócil e compreensivo". Ele não tardou, acrescenta, em "perceber a dicotomia existente entre duas concepções opostas".

Em seu relatório, Bierrembach propunha a realização de um plebiscito no dia 2 de março de 1986, no qual, através do voto popular, a natureza da Constituinte seria definida. "Uma Assembleia Constituinte composta por Deputados e Senadores, portadores de mandato popular, ou uma outra em que seus componentes gozem tão somente da condição de representantes constituintes".

A proposta do Deputado colidia não só com os compromissos que estiveram na origem da Aliança Democrática, como também com o pensamento dominante no Palácio do Planalto e na cúpula do PMDB: o de que, não tendo ocorrido uma ruptura da ordem constituída anterior, o Congresso não poderia ser dissolvido. Assim, numa madrugada de quinta para sexta-feira, Pimenta da Veiga, um Deputado identificado com a ala progressista do PMDB, tra-

### Continua até hoje a luta pela Constituinte exclusiva, com o Senado e a Câmara suspensos

mou a destituição de Bierrembach e sua substituição pelo Deputado paranaense Valmor Giavarina, que apresentou um relatório nos moldes desejados pelo partido e pelo Governo. Um relatório que Bierrembach considerou "tecnicamente mediocre" no livro "Quem Tem Medo da Constituinte" — que publicou em 1986 como parte de sua estratégia para reeleição à Câmara (e à Constituinte), o que acabou não acontecendo.

Mas a luta entre as duas vertentes ainda não acabou. Agora há a tentativa de tornar a Constituinte exclusiva na medida do possível — ou seja, pela suspensão temporária do funcionamento da Câmara e Senado.

O próprio Ulysses Guimarães, num encontro recente, em São Paulo, afirmou:

— Vejo agora que você é quem tinha razão, Bierrembach.

### Righi quer acabar com Senado e dar verba à Educação

SÃO PAULO — Defensor da unificação da Câmara com o Senado e da permanência apenas do Congresso Nacional, o Líder do PTB na Câmara, Deputado Gastone Righi, sugeriu que a verba destinada ao Senado seja investida no setor da Educação. Depois de chamar o Senado de "uma estatal da República", Gastone disse que vários Estados talvez desconhecem a sua receita.

Segundo o Líder petebista, o Senado consome hoje uma verba superior à da Câmara Federal, "quando suas atribuições poderiam ser facilmente absorvidas pelo Congresso". Com a extinção da Câmara e do Senado desapareceriam as figuras dos Deputados e Senadores, passando a existir somente a do Congressista.

— Sou favorável a uma fusão, desaparecendo o Senado como uma instituição isolada. Isso só diminuiria os custos e representação. Não podemos continuar eternamente imitando o modelo norte-americano, com aquela idéia de que o que é bom para eles é bom para nós.

O Líder do PTB na Câmara disse que continuará integrando o bloco de parlamentares que se identifica com a ecologia, meio-ambiente e recursos naturais, prometendo fechar muitas indústrias.

Gastone é autor do projeto que proíbe a caça das baleias.